

A ORIGEM E OS FUNDAMENTOS DA HERMENÊUTICA RECONSTRUTIVA

THE ORIGIN AND FOUNDATIONS OF RECONSTRUCTIVE HERMENEUTICS

Osnilson Rodrigues Silva 1

Resumo: Este artigo aborda a hermenêutica reconstrutiva, desenvolvida por Jürgen Habermas, como uma abordagem metodológica fundamentada na Teoria Crítica. O problema que orienta o estudo reside na relação entre essa vertente hermenêutica e os fundamentos da Teoria Crítica, especialmente no diagnóstico do impacto da racionalidade instrumental, na postura crítica e na superação das estruturas de dominação por meio da ação comunicativa. Trata-se de um estudo baseado em revisão bibliográfica, cujo objetivo é explorar as origens conceituais da hermenêutica reconstrutiva. Assim, sustenta-se o argumento de que essa abordagem exige o diagnóstico crítico do tempo presente e a revelação dos mecanismos de opressão ocultos nos discursos.

Palavra-chave: Hermenêutica reconstrutiva. Teoria Crítica. Ação comunicativa. Ação estratégica. Pretensões de validade

Abstract: This article discusses reconstructive hermeneutics, developed by Jürgen Habermas, as a methodological approach grounded in Critical Theory. The central issue guiding the study lies in the relationship between this hermeneutic strand and the foundations of Critical Theory, particularly in diagnosing the impact of instrumental rationality, fostering a critical stance, and overcoming structures of domination through communicative action. The article is based on a literature review and aims to explore the conceptual origins of reconstructive hermeneutics. In this way, it supports the argument that this approach requires a critical diagnosis of the present time and the unveiling of mechanisms of oppression embedded in discourse.

Keywords: Reconstructive hermeneutics. Critical Theory. Communicative action. Strategic action. Validity claims

Introdução

A hermenêutica reconstrutiva se estabelece como uma abordagem metodológica que busca interpretar, de forma crítica, os fenômenos sociais por meio da comunicação produzida por sujeitos que pretendem promover influências ou consensos entre si.

Ela procura compreender se a comunicação é utilizada para descrever uma realidade — como linguagem proposicional — ou como meio voltado ao entendimento entre falantes. É este segundo tipo que constitui o foco da hermenêutica reconstrutiva.

Sua função é verificar como a linguagem é empregada pelos participantes, seja para a compreensão conjunta de determinada situação, seja para o estabelecimento de uma visão de mundo compartilhada. Os fenômenos analisados por essa abordagem são os discursos — a comunicação produzida entre os sujeitos, em suas próprias realidades.

Sua origem remonta à Teoria Crítica, da qual herda a vocação para diagnosticar as condições sociais contemporâneas, impulsionar a transformação da realidade e fomentar a emancipação de indivíduos e coletividades. Ao mesmo tempo, porém, busca encontrar um caminho diverso para a emancipação quando esta se encontra bloqueada.

Jürgen Habermas (2022, 2014a, 2014b, 2013) é o principal artífice do desenvolvimento da hermenêutica reconstrutiva, edificando-a sobre os alicerces da Teoria Crítica. Em particular, Habermas inspira-se na concepção de crítica apresentada por Max Horkheimer na obra *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* (1980). Para Horkheimer, a crítica transcende a mera descrição da realidade, característica das teorias ditas tradicionais. Ela busca ativamente transformá-la, desvelando suas contradições e os intrincados mecanismos de poder que operam como veículos de opressão.

No entanto, Habermas se distancia da crítica formulada por Horkheimer e Theodor Adorno em *Dialética do Esclarecimento* (2014). Para Habermas, a noção de crítica possui outra proposta. Ela restringe o diagnóstico da realidade a uma ótica puramente econômica, tendo dificuldade em vislumbrar a superação emancipatória da racionalidade instrumental por meio da instauração da racionalidade comunicativa. Habermas argumenta que a verdadeira emancipação social pode ser alcançada por meio de uma comunicação livre de coerções, onde os indivíduos são capazes de construir entendimento mútuo e, assim, dismantelar as estruturas de dominação.

Silva (2024) já havia apontado que a Teoria Crítica, em sua essência, propõe uma análise aprofundada das complexas relações de poder e dominação que permeiam a sociedade. A hermenêutica reconstrutiva, por sua vez, complementa essa abordagem ao ressaltar a interpretação dos discursos como forma de revelar dinâmicas de opressão e, consequentemente, pavimentar o caminho para a emancipação. Este texto busca explorar a origem da hermenêutica reconstrutiva, destacando sua intrínseca conexão com os preceitos da Teoria Crítica, a urgência de um diagnóstico do tempo presente e a adoção de uma postura crítica, a fim de elucidar sua contribuição como abordagem metodológica para a análise de discursos.

Este artigo resulta de investigações realizadas na tese de doutorado intitulada “*A formação continuada de professores do ensino superior à luz da hermenêutica reconstrutiva*” (Silva, 2024), desenvolvida no Programa Stricto Sensu em Educação da Universidade Católica de Brasília.

A origem da hermenêutica reconstrutiva

As teorias de caráter crítico distinguem-se profundamente daquelas classificadas como tradicionais. Essa diferença é ressaltada por Max Horkheimer em *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* (1980), ao destacar os distintos compromissos epistemológicos que cada abordagem assume.

A teoria tradicional baseia-se na observação da realidade, buscando identificar padrões recorrentes em eventos físicos e sociais. A partir desses padrões, elabora generalizações e projeta previsões futuras. Herdeira da ciência moderna, insere-se no campo das ciências naturais e, com o advento das ciências sociais no século XIX, influencia também o comportamento do cientista social, que assume uma postura marcada pelo distanciamento e pela neutralidade. Esse posicionamento remete ao positivismo sociológico, cuja lógica observa regularidades comportamentais e culturais,

reproduzidas em distintos contextos sociais.

Não obstante, essas teorias revelam-se vulneráveis à influência do modo de produção capitalista na formulação do conhecimento. A lógica da divisão do trabalho intensifica a especialização, gerando desconexão entre áreas do saber e promovendo um processo de alienação. A produção científica, assim, acaba refletindo as determinações da sociedade capitalista. Como observa Silva (2024, p. 21): “(...) se as ciências da natureza e as construções teóricas sobre a sociedade são influenciadas pela práxis social, uma sociedade dividida por classes sociais produzirá diferentes teorias, cada qual de acordo com essa estratificação.”

Em contraposição, as teorias críticas assumem como objeto a própria sociedade e se distanciam da função meramente descritiva da abordagem tradicional. Questionam a suposta neutralidade da pesquisa e buscam desvelar os potenciais de emancipação humana que as estruturas sociais tendem a ocultar. Para que tal transformação ocorra, é essencial que a ciência crítica se fundamente em um diagnóstico rigoroso do tempo presente (Horkheimer, 1980).

Esse diagnóstico visa identificar contradições, mecanismos de poder e forças que atuam como vetores de opressão, além de revelar oportunidades de superação. Trata-se de um processo interdisciplinar, capaz de oferecer uma leitura global das mazelas sociais. Nessa perspectiva, consolida-se o comportamento crítico, voltado à identificação das categorias dominantes e à revelação dos potenciais de emancipação presentes na dinâmica social (Carnaúba, 2011).

Embora a produção do conhecimento, em ambas as abordagens, demande conexão com os processos sociais e esteja inserida em contextos históricos específicos, os objetivos que cada uma visa alcançar são distintos. A teoria tradicional, ainda que provoque avanços conceituais, tende a reforçar o status quo e incentivar a adaptação às condições vigentes. Já a teoria crítica se propõe a interrogar as estruturas históricas que sustentam as formas sociais, expondo seus vínculos com o mercado, com a produção de mercadorias e com a lógica da sociedade de classes (Nobre, 2011; Carnaúba, 2011).

Do ponto de vista da teoria tradicional, a produção do conhecimento só adquire pleno sentido quando conectada aos processos sociais reais, uma vez que o contexto histórico de uma teoria é indissociável de sua construção. Além disso, proposições logicamente estruturadas, elaboradas dentro de um sistema teórico e, após testadas e validadas, são capazes de promover transformações significativas e impulsionar o progresso do conhecimento. Assim, a teoria tradicional reflete o contexto social e suas contradições, sendo que as transformações por ela promovidas tendem não a alterar o status quo, mas a fomentar a adaptabilidade às condições vigentes.

Em contrapartida, a teoria crítica requer a investigação das estruturas históricas de uma forma de organização social. Ela reflete sobre as condições históricas e as condições de produção de um determinado conhecimento. Se um conhecimento está sendo desenvolvido na sociedade capitalista, a atitude crítica revela as relações com o mercado, com a produção de mercadorias e com a sociedade de classes. Além do mais, o sentido da transformação proposto pelas teorias críticas difere substancialmente. Nessas, a transformação constitui um caminho para superar opressões, romper com estruturas de dominação e promover a emancipação. O conhecimento, nesse paradigma, é produzido racionalmente com a finalidade explícita de cumprir sua missão libertadora.

Dessa forma, ao transcender os limites da neutralidade metodológica e ao se comprometer com a práxis emancipatória, as teorias críticas revelam sua potência como instrumento de transformação social.

A hermenêutica reconstrutiva como crítica

A hermenêutica reconstrutiva do filósofo alemão Jürgen Habermas (2022, 2014a, 2014b, 2013) é, essencialmente, uma teoria crítica. Ela se origina do modelo de crítica delineado por Max Horkheimer em *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* (1980), do qual resgata tarefas fundamentais, como o diagnóstico do tempo presente e a atitude crítica.

No entanto, a abordagem de Habermas se distancia significativamente do modelo de crítica apresentado por Horkheimer e Theodor Adorno em *Dialética do Esclarecimento* (2014). A razão

para esse distanciamento reside no fato de que, para Habermas, a crítica de Horkheimer e Adorno limita-se a uma perspectiva predominantemente econômica e não propõe uma saída emancipatória para a racionalidade instrumental. Habermas, por outro lado, argumenta que a emancipação é possível através da racionalidade comunicativa, que busca o entendimento mútuo e a superação das estruturas de dominação por meio da comunicação livre de coerções.

Da perspectiva predominantemente econômica, o diagnóstico de Adorno e Horkheimer (2014) aponta para uma nova estrutura do capitalismo, denominada “capitalismo administrado”. Ela é caracterizada pela forte intervenção do Estado na organização, distribuição da produção e no consumo. Substituindo o modelo liberal de autorregulação do mercado, essa nova estrutura é mantida por uma burocracia estatal racionalmente organizada, que ajusta as relações entre meios e fins para a manutenção do controle, extrapolando seus limites para intervir na própria personalidade. Como Adorno e Horkheimer (2014, p. 46-47) observam:

Quanto mais complicada e mais refinada a aparelhagem social, econômica e científica, para cujo manejo o corpo já há muito foi ajustado pelo sistema de produção, tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz. (...) A impotência dos trabalhadores não é mero pretexto dos dominantes, mas a consequência lógica da sociedade industrial, na qual o fado antigo acabou por se transformar no esforço de a ele escapar.

A racionalidade instrumental adapta indivíduos a uma realidade controlada, agindo como um bloqueio ao comportamento crítico, tanto nas teorias quanto nos próprios sujeitos. Isso acontece porque, sob o domínio dessa racionalidade, produzida em um contexto específico, as vias para a emancipação são obstruídas. Ela leva pessoas e instituições a se conformarem com uma realidade que opera sob a sombra de um espectro dominante, dificultando qualquer questionamento ou transformação. O diagnóstico elaborado em *Dialética do Esclarecimento* aponta para a dificuldade do exercício crítico e das possibilidades de emancipação em uma sociedade dominada pela racionalidade instrumental, apresentada ali como a única forma de racionalidade social no capitalismo administrado.

Daí emerge a grande divergência de Habermas (2014b): ele não conclui que as oportunidades de emancipação foram bloqueadas permanentemente, mas defende a necessidade de rever o sentido da emancipação social. Para isso, ele propõe um novo conceito de racionalidade: a racionalidade instrumental não seria a única e dominante; ela coexistiria com outro tipo, a racionalidade comunicativa.

Habermas (2014b) diagnostica a intervenção da racionalidade instrumental na sociedade contemporânea a partir da análise do “capitalismo tardio”. As profundas transformações nos processos de produção elevam a ciência à condição de primeira força produtiva e, como técnica, ela produz uma ideologia que reflete essa racionalidade instrumental, orientada para o controle e a eficiência das decisões políticas e sociais. Neste ponto, há um alinhamento entre a análise de Habermas e a de Horkheimer e Adorno (2014): o progresso técnico-científico não é condição suficiente para a emancipação. No entanto, para Horkheimer e Adorno, o diagnóstico converge para uma aporia: a racionalidade técnico-instrumental bloqueia a própria emancipação, sem apresentar uma saída clara.

Habermas (2014b) constrói seu argumento a partir da distinção entre trabalho e interação. O trabalho é fundamentado por uma racionalidade voltada para fins, baseada no desenvolvimento da técnica, que está entrelaçada no tecido social e nas esferas da vida como padrões racionais de organização e instrumentalização das mais variadas ações. É uma ação social estratégica, baseada na busca pelo êxito dos interesses particulares, das intenções utilitárias e da influência do poder e do dinheiro. A interação, por sua vez, é estruturada por uma racionalidade comunicativa. Ela é fundamentada por uma ação orientada à intercompreensão. É uma ação social comunicativa, orientada por normas sociais validadas na intersubjetividade, pelo acordo acerca das intenções e asseguradas pelo reconhecimento recíproco. A ação comunicativa corresponde a uma racionalidade que se manifesta no relacionamento interpessoal e na busca de um acordo, que é o resultado do reconhecimento intersubjetivo de intenções.

Habermas (2022) busca demonstrar que o trabalho, a racionalidade instrumental e a ação estratégica podem coexistir com a interação, a racionalidade comunicativa e a ação comunicativa. A ação estratégica e a ação comunicativa são dois mecanismos de coordenação das ações sociais. Elas implicam um tipo de saber, uma racionalidade. A ação estratégica possui um saber, uma racionalidade técnico-instrumental, que pode induzir um participante a aceitar como válida uma norma, uma situação ou um discurso. É a capacidade do agente de garantir o êxito de sua intervenção. A ação comunicativa possui uma racionalidade comunicativa que produz um acordo. É a competência de um falante em justificar suas opiniões, como uma força que provoca o consenso a partir da fala argumentativa. As relações intersubjetivas para o acordo são desenvolvidas na esfera do “mundo da vida”. Este espaço é complementar ao processo cooperativo no qual os participantes se relacionam simultaneamente. Neste processo, as pessoas apresentam suas narrativas, que se assentam na regra de que um ouvinte valida aqueles que formulam suas emissões por meio de pretensões discursivas de validade.

As interações que buscam influência são, na verdade, um reflexo do “sistema”. Elas se reproduzem sob o domínio do dinheiro e do poder, que atuam como meios de controle e se desenvolvem dentro desse mesmo sistema. O poder e o dinheiro regulam as relações de intercâmbio entre o sistema e o mundo da vida, à medida que este último se adapta aos processos de abstração do primeiro. Habermas (2022) descreve esses acontecimentos como capitalismo tardio. Além disso, ao se sobrepor ao sistema interativo social (comunicação), esses elementos levam à instrumentalização (tecnificação) do mundo da vida. Isso resulta na reeducação e no ajustamento da prática comunicativa às orientações da razão instrumental, um processo que Habermas denomina “colonização do mundo da vida”.

Assim, a hermenêutica reconstrutiva de Habermas se revela não apenas como uma análise crítica das patologias sociais contemporâneas, mas como um projeto que busca, através da racionalidade comunicativa e do reconhecimento das distintas formas de interação, restabelecer as condições para a emancipação humana. Ao propor a coexistência entre o trabalho (regido pela racionalidade instrumental) e a interação (guiada pela racionalidade comunicativa), Habermas abre caminho para que, no mundo da vida, o consenso e o entendimento mútuo possam florescer, superando as restrições impostas por uma modernidade unilateralmente instrumentalizada e, assim, reconstruindo a possibilidade de uma sociedade mais justa e livre.

No ensaio *Conhecimento e Interesse*, Habermas (2014b) estabelece uma importante distinção entre a teoria tradicional e a teoria crítica, destacando a crise da ciência moderna. Para o filósofo, a teoria tradicional, imersa na tradição filosófica, falha em reconhecer a contingência e a mutabilidade da realidade, concebendo a vida a partir de uma ordem universal e padrões de comportamento imutáveis. Essa perspectiva permeou grande parte da ciência moderna, incluindo o positivismo, ao se apresentar como uma abordagem “pura”, alheia às influências da vida social, descrevendo o universo como ele é, com suas próprias leis e ordem.

Habermas (2014b) argumenta que essa concepção desvinculada de interesse levou a uma crise, onde a teoria tradicional se distanciou de sua verdadeira essência. Nesse contexto, as ciências da natureza, de caráter empírico-analítico, mantiveram-se conectadas a essa tradição. Já as ciências sociais, de caráter histórico-hermenêutico, apenas parcialmente se desvincularam, pois lidam com a contingência da vida. No entanto, segundo Habermas (2014b, p. 180), uma “consciência científica” ainda as une às ciências empírico-analíticas, compartilhando uma metodologia de descrição da realidade estruturada teoricamente. Isso significa que o positivismo se manifesta nas ciências sociais através de exigências metodológicas semelhantes, da isenção de juízos de valor e da promoção da separação entre conhecimento e interesse.

A fragilidade da teoria tradicional reside, portanto, na sua incapacidade de produzir uma leitura adequada da vida diante da práxis incerta e contingente das relações humanas. É nesse ponto que se estabelece a diferença fundamental entre conhecimento e interesse, entre conhecimento científico e relacionamentos interpessoais, e entre teoria tradicional e teoria crítica.

Entretanto, a ideia de uma ciência objetivista, que produz enunciados neutros, é uma ilusão. Habermas (2014b) demonstra que todo processo de investigação científica é orientado por um interesse intrínseco, pois os enunciados são construídos dentro de um sistema de referências, de um contexto histórico e sob a influência da relação entre o observador e seu tempo presente. Diante

disso, o projeto habermasiano resgata a conexão entre conhecimento e interesse. Ele postula que cada tipo de ciência é guiado por um interesse específico:

Na abordagem das ciências empírico-analíticas irrompe um interesse técnico do conhecimento; no âmbito das ciências histórico-hermenêuticas, um interesse prático; e no exercício das ciências orientadas pela crítica, um interesse emancipatório (Habermas, 2014b, p. 187).

Os interesses estão, portanto, imbricados no trabalho científico. As ciências empírico-analíticas manifestam um interesse técnico, onde os enunciados são produzidos em um sistema de referências contextualizado, visando à certeza das informações e ao êxito controlado. A validade desses enunciados está ligada à ação estratégica e à racionalidade técnico-instrumental. As ciências histórico-hermenêuticas (como a sociologia, a economia e a política), por sua vez, promovem a compreensão do sentido das coisas através da interpretação, que é fundamentada pelas regras da hermenêutica. Há uma pré-compreensão do intérprete que molda a interpretação, buscando a “intersubjetividade de um possível entendimento que orienta a ação” (Habermas, 2014b, p. 189). O interesse prático reside na busca do entendimento mútuo e do consenso, fundamentado pela ação comunicativa e uma racionalidade do mesmo tipo.

Por fim, as ciências orientadas para a crítica transcendem o saber monológico das ciências da ação e das técnicas. Elas investigam a produção de ideologias e as forças que manipulam a própria ciência, gerando uma crítica da ideologia que exige a autorreflexão científica. Essa crítica fundamenta o interesse emancipatório, tornando as ciências orientadas para a crítica em ciências reconstrutivas.

Em última análise, é nesse contexto que a hermenêutica reconstrutiva de Habermas aponta para seu compromisso central: o de reconstruir caminhos para a emancipação. Reconstruir é identificar os potenciais de emancipação inscritos na realidade social, criticar e incorporar os resultados das teorias sociais não críticas, as teorias tradicionais.

Hermenêutica reconstrutiva como abordagem metodológica

A hermenêutica reconstrutiva é uma abordagem metodológica desenvolvida nas obras do filósofo alemão Jürgen Habermas. Ela busca compreender como a linguagem é utilizada para a comunicação e o entendimento entre falantes, e como manifesta uma intenção com a finalidade de justificar e estabelecer um consenso sobre uma situação. Sua função é verificar como a linguagem é empregada pelos participantes por meio de “discursos”. Habermas (2022) define discurso como a comunicação produzida entre os sujeitos dentro de suas próprias realidades.

A ação estratégica é um tipo de interação social em que os indivíduos buscam alcançar seus próprios objetivos de forma calculada, utilizando o discurso para influenciar. Por ser uma ação de caráter teleológico, as relações entre sujeitos são intervenções propositais, na medida em que agem dirigidos por objetivos e realizam seus fins orientando-se pelas decisões de outros atores ou influenciando-os. A racionalidade presente é verificada pela capacidade do agente de garantir o êxito de sua intervenção, o que a torna um discurso baseado em pretensões de eficácia que emergem por indicadores de êxito.

A ação estratégica, de acordo com sua pretensão de eficácia, é dividida em ação estratégica evidente e ação estratégica latente. Na ação estratégica evidente, a pretensão é garantida pelo êxito, pelo cumprimento dos objetivos, por ações irrefutáveis, por fatos ou evidências que garantem um consenso estratégico. Na ação estratégica latente, o consenso é provocado por um erro cometido pelo falante que se engana em relação a ele, ou pela manipulação de um falante que induz o outro ao erro da aceitação. Estas são subdivididas em ações estratégicas de comunicação sistematicamente distorcida, nas quais os falantes são enganados pela crença na existência do consenso e do entendimento real, e em ações de manipulação, nas quais um falante age deliberadamente, direcionando o resultado para um reconhecimento recíproco.

Na ação comunicativa, a racionalidade presente é a competência de um falante em justificar suas opiniões. A partir da fala argumentativa, os participantes chegam à concordância e

a expectativas recíprocas de comportamento que visam o entendimento ou acordo, constituindo o reconhecimento intersubjetivo de intenções compartilhadas. Há duas formas de ações comunicativas: uma orientada para o entendimento e outra consensual. As ações orientadas para o entendimento utilizam elementos estratégicos para a compreensão compartilhada. No consenso, os participantes compartilham da mesma estrutura de tradição, contexto ou normatividade. É neste ponto que se encontra o elemento “discurso”.

Por isso, a hermenêutica reconstrutiva é uma abordagem utilizada em situações em que os discursos proferidos pelos participantes da pesquisa fazem parte do mesmo contexto social e normativo, como no exemplo da pesquisa sobre a formação continuada de professores (Silva, 2024).

O discurso carrega uma pretensão de ser validado. As expressões proferidas no discurso são, antes de tudo, examinadas pelos atores participantes da ação comunicativa. Para Habermas (2022), manifestações comunicativas sobre fatos, sobre normas ou sobre a subjetividade são passíveis de serem aceitas ou não na comunicação intersubjetiva, desde que fundamentadas por argumentos. Elas carregam uma pretensão de validade, inerente a qualquer ato de fala, como condições para que a manifestação seja considerada legítima pelos interlocutores. Necessitam de boa conformidade e adequação às normas e expectativas sociais dos participantes, com uma linguagem clara, acessível e que vise o entendimento mútuo por meio de uma ação comunicativa.

Se abstrairmos a boa conformação da expressão simbólica empregada, um ator orientado nesse sentido ao entendimento tem de levantar implicitamente com seu proferimento exatamente três pretensões de validade, a saber, a pretensão – de que o enunciado feito é verdadeiro (ou que as pressuposições de existência de um conteúdo proposicional somente mencionado são cumpridas de fato); – de que o ato de fala é correto em relação a um contexto normativo vigente (ou que o próprio contexto normativo que ele deve satisfazer é legítimo); e – de que a intenção manifesta dos falantes é pensada (*gemeint*) do mesmo modo como é proferida (...). O falante pretende, portanto, verdade para enunciados ou pressuposições de existência, correção para ações legitimamente reguladas e para seu contexto normativo e veracidade para a enunciação de vivências subjetivas (Habermas, 2022, p. 203-204).

Para Habermas (2013), a comunicação profere as pretensões de validade implícitas, denominadas de: pretensão de verdade, pretensão de correção normativa e pretensão de veracidade ou adequabilidade.

As pretensões de verdade são declarações que se referem a algo no mundo dos estados de coisas existentes. Nelas residem proposições que descrevem uma realidade. Uma asserção implicitamente levanta essa pretensão de verdade, estando sempre sujeita a contestação e a exigências de justificativas. Neste caso, os falantes não pretendem agir para o consenso, apenas validam ou não uma situação descrita durante a comunicação. São atos de fala constatativos.

As pretensões de correção normativa são alegações no mundo das relações interpessoais. Elas carregam um conteúdo que poderá ser corrigido para ser aceito. O falante pode apresentar argumentos ao seu interlocutor para resgatar o entendimento mútuo. São atos de fala regulativos que “mediatizam, manifestamente, entre linguagem e o mundo social, uma dependência recíproca que não existe para a relação da linguagem e do mundo objetivo” (Habermas, 2013, p. 82).

Nas pretensões de verdade e correção normativa, há uma motivação racional. É o esforço para superar a contestação e resgatar o entendimento por meio de razões, argumentos e justificativas, gerando um comportamento nos interlocutores.

As pretensões de sinceridade são expressões que revelam a subjetividade, as próprias vivências. As formas de manifestação do comportamento revelam um pensamento sincero consigo mesmo. O falante expressa seu mundo subjetivo nas manifestações às quais ele tem acesso privilegiado. Ela pode se expressar na manifestação sincera de um desejo, um sentimento ou um

certo estado de ânimo, que revela um segredo, uma confissão etc.

A abordagem de Habermas (2022) não se limita a interpretar a realidade, mas busca reconstruir as condições para a emancipação. Essa reconstrução passa necessariamente pelo resgate e pela análise do potencial de entendimento mútuo que já existe nas interações cotidianas. A base para essa análise é o conceito de pretensões de validade, que são as condições implícitas em qualquer ato de fala. Habermas argumenta que, para que a comunicação seja bem-sucedida e o consenso seja alcançado, o falante deve, conscientemente ou não, apresentar e defender a validade de suas afirmações. Essas pretensões são a espinha dorsal da ação comunicativa, garantindo que o diálogo não seja apenas uma forma de manipulação, mas um processo racional de busca por acordo.

É a partir dessas pretensões que a hermenêutica reconstrutiva ganha sua força analítica e metodológica. Quando um falante emite uma declaração, ele implicitamente levanta três pretensões de validade que podem ser contestadas pelo ouvinte: a pretensão de verdade, que diz respeito aos fatos e ao mundo objetivo; a pretensão de correção normativa, que se refere às normas e ao mundo social; a pretensão de veracidade (sinceridade), que se relaciona às intenções e ao mundo subjetivo.

A hermenêutica reconstrutiva, ao investigar essas pretensões em diferentes discursos, é capaz de identificar quando comunicação está distorcida (ação estratégica) e como ela está genuinamente orientada para o entendimento (ação comunicativa). Assim, ela se torna uma ferramenta para desmascarar a manipulação e a dominação, apontando para caminhos onde o consenso e a liberdade podem florescer.

Considerações finais

A hermenêutica reconstrutiva, fundamentada nos aportes da Teoria Crítica e nas contribuições de Jürgen Habermas, consolida-se como uma abordagem metodológica potente para a análise de discursos no campo educacional e social.

Ao reconhecer a centralidade da linguagem na construção do entendimento intersubjetivo, essa perspectiva permite não apenas diagnosticar patologias comunicativas e estruturas de dominação, mas também vislumbrar horizontes de emancipação pautados na racionalidade comunicativa.

A distinção entre ação estratégica e ação comunicativa, bem como a valorização das pretensões de validade — verdade, correção normativa e veracidade — revelam uma concepção de conhecimento orientada para o diálogo, a crítica e o reconhecimento mútuo. A proposta de reconstrução, conforme delineada por Habermas, supera a rigidez dos modelos teóricos tradicionais, ao incorporar interesses técnicos, práticos e emancipatórios como motores da produção científica comprometida com a transformação social.

Neste sentido, o artigo reafirma o papel da hermenêutica reconstrutiva como recurso epistemológico e metodológico capaz de conectar teoria e prática, promover a crítica das ideologias naturalizadas e viabilizar processos formativos que respeitam as subjetividades, os contextos e a normatividade dos agentes envolvidos.

Sua relevância se expressa, sobretudo, na possibilidade de reformular os sentidos da comunicação educacional e ampliar os alcances da formação continuada de professores, resgatando o potencial transformador da escuta, do argumento e do consenso.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. *E-book*.

CARNAÚBA, Maria Érbia Cássia. Sobre a distinção entre teoria tradicional e teoria crítica em Max Horkheimer. **Kínesis**, Vol. II, n° 03, abril. 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa** - 2 volumes: Racionalidade da ação e racionalização social; Para a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora Unesp. 2022. *E-Book*.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e Interesse**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora UNESP, 2014a.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Trad. Felipe Gonçalves Silva. São Paulo: Editora UNESP, 2014b.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. Guido Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Racionalidade e comunicação**. Trad. Paulo Rodrigues. Lisboa: Edições 70, 2002.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W; HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Col. Os Pensadores, Vol. XLVIII)

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2011. *E-book*.

SILVA, Osnilson Rodrigues. **A formação continuada de professores do ensino superior à luz da hermenêutica reconstrutiva**. 2024. 219 f. Tese (Programa Stricto Sensu em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2024.

Recebido em 15 de setembro de 2024

Aceito em 10 de novembro de 2025

